

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2025

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Prezados Senhores,

Apresentamos o Relatório da Diretoria e as demonstrações contábeis da Oliveira Trust DTVM S.A., relativa ao período findo em 30 de junho de 2025, conforme resolução nº 4.818/20 e circular nº 3.701/14, expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil (BACEN), respectivamente.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Oliveira Trust DTVM S.A. obteve patrimônio líquido de R\$ 88.785 e lucro líquido de 45.253.

A Oliveira Trust agradece a todos os colaboradores, clientes e parceiros que contribuíram para este resultado.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2025.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CFC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições a autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional;




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

OLIVEIRA TRUST DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102

CNPJ 36.113.876/0001-91

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota Explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		423.914	377.240
Disponibilidades	4 e 5	139.295	589
Aplicações interfinanceira de liquidez	4 e 5	259.515	344.934
Ativos fiscais correntes	6	11.223	21.052
Rendas a receber	7	13.429	12.361
(-) Provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito	7 iii	(4.656)	(4.003)
Outros créditos	8	5.108	2.307
Não circulante		35.337	33.575
Realizável a longo prazo		31.835	29.660
Títulos e valores mobiliários	5	10.535	11.339
Outros créditos	8	21.300	18.321
Imobilizado de uso	9	3.501	3.912
Imobilizado de uso		5.590	5.474
(-) Depreciação acumulada		(2.867)	(2.531)
Benfeitorias em imóveis de terceiros e expansão		1.799	1.799
(-) Amortização acumulada		(1.021)	(830)
Intangível	10	1	3
Ativos intangíveis		330	330
(-) Amortização acumulada		(329)	(327)
Total do ativo		459.251	410.815

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		365.661	326.459
Depósitos	12	269.123	206.157
Obrigações trabalhistas	13	20.275	17.660
Obrigações fiscais correntes	14	38.415	60.863
Receitas antecipadas	15	26.531	29.711
Outras obrigações	17	11.317	12.068
Não circulante		4.805	4.065
Obrigações trabalhistas	13	2.781	1.911
Obrigações fiscais diferidas	14	212	533
Receitas antecipadas	15	339	360
Outras obrigações	17	1.473	1.261
Patrimônio líquido	19	88.785	80.291
Capital social		42.678	34.229
Reserva legal		2.258	3.929
Outras reservas de lucros		43.531	41.333
Outros resultados abrangentes		318	800
Total do passivo e patrimônio líquido		459.251	410.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OLIVEIRA TRUST DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, n° 3.434, Bl.7 - 2° andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102

CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	30/06/2025	30/06/2024
Resultado da intermediação financeira	20	30.362	16.719
Resultado de títulos e valores mobiliários		30.362	16.719
Resultado bruto da intermediação financeira		30.362	16.719
Outras receitas operacionais		46.017	47.097
Receita de prestação de serviços	21	134.688	122.096
Despesas de pessoal		(47.662)	(39.315)
Despesas tributárias	22	(13.826)	(11.980)
Despesas administrativas	23	(25.978)	(20.309)
Provisões(reversão) para perdas associadas ao risco de crédito	7 iii e 8	(499)	(1.636)
Perda de créditos não recuperados	7iii	(1.088)	(1.491)
Outras receitas operacionais		937	984
Outras despesas operacionais		(555)	(1.252)
Resultado Operacional		76.379	63.816
Resultado antes da tributação sobre o lucro		76.379	63.816
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	25	(31.126)	(25.868)
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social corrente		(33.830)	(29.611)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferido		2.704	3.743
Lucro líquido do semestre		45.253	37.948
Número de ações		26.000	26.000
Lucro do semestre por ação (R\$)		1.740,50	1.459,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OLIVEIRA TRUST DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102

CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do semestre		45.253	37.948
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	(804)	(510)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre outros resultados abrangentes	5	322	204
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		(482)	(306)
Resultado abrangente total		<u>44.771</u>	<u>37.642</u>
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores		44.771	37.642
Resultado abrangente total		<u>44.771</u>	<u>37.642</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OLIVEIRA TRUST DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102

CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro 2023		28.524	5.705	33.812	1.020	-	69.061
Dividendos complementares	19 c(ii)	-	-	(33.320)	-	-	(33.320)
Aumento do capital social	19 (b)	5.705	(5.705)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	37.948	37.948
Constituição de reserva		-	1.897	36.051	-	(37.948)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	5(b)	-	-	-	(306)	-	(306)
Saldos em 30 de junho de 2024		34.229	1.897	36.543	714	-	73.383
Mutações do exercício		5.705	(3.808)	2.731	(306)	-	4.322
Saldos em 31 de dezembro de 2024		34.229	3.929	41.333	800	-	80.291
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	2.2 a(ii)	-	-	-	-	(92)	(92)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		34.229	3.929	41.333	800	(92)	80.199
Dividendos complementares	19 c(ii)	-	-	(36.185)	-	-	(36.185)
Aumento do capital social	19 (b)	8.449	(3.929)	(4.520)	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	45.253	45.253
Constituição de reserva		-	2.258	42.903	-	(45.161)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(482)	-	(482)
Saldos em 30 de junho de 2025		42.678	2.258	43.531	318	-	88.785
Mutações do semestre		8.449	(1.671)	2.198	(482)	92	8.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OLIVEIRA TRUST DISTRUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102

CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes da tributação sobre o lucro	76.379	63.816
Ajustes de itens que não afetam caixa e equivalentes:		
Depreciação e amortização	532	513
Perdas e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.587	3.127
Valor residual do imobilizado baixado	4	13
Outros	123	99
Lucro ajustado semestre	78.625	67.568
Aumento/redução em contas do ativo		
Disponibilidades e aplicações interfinanceira de liquidez vinculadas	(63.100)	(126.443)
Ativos fiscais correntes	9.829	6.045
Rendas a receber	(2.094)	(1.750)
Outros créditos	(3.199)	(3.763)
Total de aumento contas do ativo	(58.564)	(125.911)
Aumento/(redução) em contas do passivo		
Depósitos	62.966	126.231
Obrigações trabalhistas	3.485	1.324
IRPJ e CSLL pagos	(55.996)	(44.147)
Obrigações fiscais	(281)	(27)
Receitas antecipadas	(3.201)	1.767
Outras obrigações	(542)	779
Total de aumento contas do passivo	6.431	85.927
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	26.492	27.584
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(120)	(583)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(120)	(583)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(36.185)	(33.320)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de financiamentos	(36.185)	(33.320)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.813)	(6.319)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	139.500	100.412
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	129.687	94.093
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.813)	(6.319)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), é uma instituição financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Centra do Brasil ("BACEN"), e tem como atividades preponderantes: administrar carteiras e custodiar títulos e valores mobiliários, exercer funções de agente fiduciário, instituir, organizar e administrar fundos de investimentos, atuar com conta de pagamento, além das demais atividades descritas em seu estatuto social, conforme observado nas disposições legais e regulamentares emanadas principalmente pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Sua matriz está localizada na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 7, 2º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto o resultado por ação, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Com relação as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, foram adotadas apenas os normativos aprovados pelo BACEN.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 367/2024, Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação do montante de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas e outros créditos, provisão para contingências relacionadas às demandas judiciais, realização do crédito tributário e impostos diferidos, determinação do valor justo de instrumentos financeiros e seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A Distribuidora em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4966/21 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Administração declara que preparou as demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Distribuidora evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 07 de agosto de 2025.

2.2. Processo de convergências às normas internacionais

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras após aprovação pelo BACEN, sendo as principais alterações introduzidas e que impactaram as demonstrações contábeis, as apresentadas a seguir:

CPC	Assunto	Resolução CMN
00 - R2	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	4.924/21
01 - R1	Redução ao valor recuperável de Ativos	4.924/21
03 - R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.910/21
05 - R1	Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
06 - R2	Arrendamentos	4.975/21
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
24	Eventos Subsequentes	4.818/20
10 - R1	Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
33 - R1	Benefícios a Empregados	4.877/20
02 - R2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16
04 - R1	Ativo Intangível	4.534/16
27	Ativo Imobilizado	4.535/16
48	Instrumentos financeiros	4.966/21

Novas normas, alterações e interpretações das normas existentes:

- (a) A Resolução CMN nº 4.966/21 e a BCB nº352/23 entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, estabelecendo as novas regras contábeis para instrumentos financeiros. As normas determinam, entre outros aspectos, novos critérios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e divulgação dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Impactos da adoção das normas

(i) Classificação e mensuração

Ao comparar as classificações e mensurações de acordo com o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes de classificação e mensuração introduzidas pela Resolução CMN 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pela Administração, não verificou impactos decorrentes da adoção da nova regulamentação.

(ii) Perdas esperadas

A transição para a Resolução CMN 4.966/21 impactou em uma redução do patrimônio líquido em R\$ 92 mil, líquido dos efeitos tributários. A redução ocorreu em consequência da aplicação dos modelos de perdas esperadas e foi reconhecida em contrapartida a Lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2025.

(b) A Resolução CMN nº 4.975/21 estabeleceu os critérios contábeis para as operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025, seguindo-se o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no que se refere ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação dessas operações. No momento da adoção, não foram identificados impactos para a Distribuidora, tendo em vista que os contratos existentes à época da adoção, são anteriores a 1º de julho de 2024.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apropriação de receitas e despesas e destinação do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação da Distribuidora. As informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Estão compostas por disponibilidades, em moeda nacional, e aplicações interfinanceiras de liquidez, representadas por aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Distribuidora estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023.

(i) Classificação e mensuração

A Distribuidora classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado (CA): O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas de pagamentos de principal e juros - teste SPPI;
- Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é obter retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa, constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda;
- Valor Justo no Resultado (VJR): Utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez e contas a receber de clientes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são classificados como valor justo no resultado no reconhecimento inicial e que a Distribuidora decidiu reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Distribuidora considera essa classificação como sendo mais apropriada.

Os passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado ou, ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(ii) Estimativa do valor justo

A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro possui diferentes níveis de hierarquia, de acordo com o método de avaliação. São eles:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2;
- Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a Distribuidora dispõe de ativos financeiros classificados como custo amortizado e por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.

(iii) Contas a receber e mensuração das perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Distribuidora, baseadas em contratos que estabelecem claramente os valores a serem faturados por natureza de serviço prestado.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo de originação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido por provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos, de acordo com o contrato, e aqueles que a Distribuidora espera receber ao longo da vida do contrato).

Em cada data de balanço, a Administração avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias da data de pagamento do principal ou outros eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Distribuidora avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de contas a receber registradas ao custo amortizado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Distribuidora aplica a abordagem simplificada conforme permitido pela CMN nº 4.966/21 e a BCB nº 352/23, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos créditos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Administração não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos visando a recuperação dos valores devidos.

e. Despesas antecipadas

São classificadas as aplicações de recursos em despesas cujos benefícios para a Distribuidora ocorrerão com a fluência dos prazos contratuais.

f. Ativos imobilizado e intangível

i. O Ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada, pelo método linear, com base nas taxas de depreciação divulgadas na Nota Explicativa nº 09;

ii. O Ativo intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, pelo prazo de 5 anos.

g. Impostos de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240, incluindo os valores destinados à aplicação de incentivos.

A provisão para a contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda.

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes das diferenças temporárias, foram apurados e registrados, levando em consideração as alíquotas de imposto de renda e da contribuição social vigentes e as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram e reconhecidos apenas quando atendidos todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, conforme editada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: os impostos diferidos apurados sobre o valor justo de títulos disponíveis para venda. Posteriormente, estes itens são reconhecidos no resultado por ocasião da realização do ganho/perda dos instrumentos financeiros que lhe deram origem.

h. Ativos e passivos contingentes, provisão para riscos e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisão para riscos e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são realizados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovada pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular BACEN nº 3.429/10, conforme segue:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para riscos: é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos: são divulgados, conforme Nota Explicativa nº 16 enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os montantes registrados são atualizados de acordo com a legislação vigente;
- Depósitos em garantia - obrigações legais: refere-se a obrigações fiscais correntes, transferidas a esta rubrica pelo valor presente da obrigação, por ocasião da realização do depósito judicial, que contesta a legalidade e constitucionalidade de determinados tributos e contribuições. Todos os depósitos realizados são atualizados de acordo com a legislação vigente.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Distribuidora tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. As participações nos lucros a empregados são provisionadas em bases mensais pela Distribuidora, de acordo com a estimativa de cumprimento de metas e ajustadas mensalmente com base nos resultados efetivamente auferidos.

(ii) Benefícios de longo prazo

O passivo é reconhecido, em contrapartida a despesa de pessoal, pelo montante do pagamento esperado caso se tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

k. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

I. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas mensalmente, considerando a efetiva prestação do serviço contratado, ao longo dos prazos contratuais.

É adotado um modelo de cinco etapas para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas.

Em geral o recebimento pela prestação de serviços ocorre em até 15 dias do mês subsequente ao da referida prestação. Para alguns serviços de natureza fiduciária, pode haver o faturamento e recebimento antecipado do preço contratado, sendo tais recursos registrados como “Receitas antecipadas” e apropriados concomitantemente à constituição do contas a receber, uma vez cumpridas as obrigações de desempenho pela Distribuidora.

m. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	762	589
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	128.925	138.911
Operações compromissadas - LTN	128.925	138.911
Caixa e equivalente de caixa	<u>129.687</u>	<u>139.500</u>

(a) Estão representadas por operações compromissadas lastreadas por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com o resgate/revenda no primeiro dia útil seguinte.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Ativos financeiros

(a) Recursos vinculados a depósitos:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades (a)	138.533	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	130.590	206.023
Total	269.123	206.023

- (a) Refere-se a recursos de terceiros relativo ao retorno de operações não efetivadas do dia;
- (b) Referem-se aos saldos mantidos em operações compromissadas com lastro em títulos públicos, decorrentes dos recursos mantidos em contas de pagamento pré-pagas, os quais estão classificados no passivo circulante na rubrica "depósitos" no valor de R\$ 269.123 (R\$ 206.157 em 2024) e que se constituem em patrimônio separado e que não se confundem com os da Distribuidora. Tais valores são, normalmente, liquidados financeiramente em até 10 dias.

(b) Títulos e Valores Mobiliários

- (i) Avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Corresponde a ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, representando 7,66% (7,66% em 2024) do capital social total da Liqi Digital Assets S.A. A Distribuidora optou por esta classificação com base em seu modelo de negócios, uma vez que o investimento foi realizado visando objetivos estratégicos de negócios da OT. Em 30 de junho de 2025 o ajuste ao valor justo, líquido dos efeitos tributários, está apresentado no patrimônio líquido.

Descrição	Nível de hierarquia	30/06/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Custo de aquisição	Valor justo	Custo de aquisição
Ações de Companhias fechadas (a)	Nível 3	10.529	10.000	11.333	10.000
Cotas ANBIMA (b)		6	6	6	6
Total		10.535	10.006	11.339	10.006

- a) As ações são ajustadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes pela Administração em cada data do balanço, utilizando-se da metodologia de análise de múltiplos, tendo como base o: (1) Balanço patrimonial; (2) Demonstração de resultado; (3) A análise do plano de negócios; (4) Anexo II do Annual SaaS Report 2025; e (5) Receita bruta. O múltiplo utilizado foi o EV (Enterprise Value) dividido pelo Revenue (Receita), resultando em 8,2x. Ao Enterprise Value foi somada a posição de caixa e subtraída a dívida em 31 de maio de 2025 para se encontrar o Equity Value;
- b) Cotas ANBIMA - A Distribuidora detém Cotas patrimoniais da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Ativos fiscais correntes

Estão assim representados:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
PIS a compensar	262	317
COFINS a compensar	1.479	1.764
IRRF a compensar	204	280
CSLL a compensar	135	187
IRPJ antecipação a compensar	5.278	10.890
CSLL antecipação a compensar	2.379	4.987
ISS sobre receita antecipada	1.338	1.495
Outros	148	1.132
	<u>11.223</u>	<u>21.052</u>

7. Rendas a receber

Refere-se as contas a receber com expectativa de recebimento no curto prazo, notadamente por serviços de agente fiduciário e administração de fundos de investimento, líquido da provisão para perdas de créditos esperadas:

Descrição	30/06/2025	31/12/2025
Contas a receber	13.429	12.361
(-) PCLD	(4.656)	(4.003)
Total contas a receber líquido	<u>8.773</u>	<u>8.358</u>

(i) Composição do contas a receber por faixas de vencimento

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
A Vencer	6.749	6.493
Vencidos até 30 dias	1.815	1.684
Vencidos de 31 a 60 dias	480	432
Vencidos de 61 a 90 dias	224	368
Vencidos de 91 a 180 dias	714	615
Vencidos de 181 a 360 dias	1.133	815
Vencidos acima de 361 dias	2.314	1.954
Total	<u>13.429</u>	<u>12.361</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(ii) Movimentação da provisão de perdas esperadas associada aos serviços

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
Saldo no início do período	4.003	3.295
Provisão decorrente da Resolução nº 4.966/21	154	-
Constituição da provisão	874	2.143
Reversão da provisão	(375)	(1.435)
Total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.656	4.003

(iii) Perdas de créditos não recuperados

No semestre findo em 30 de junho de 2025, houve baixa como perdas efetivas para os valores considerados incobráveis, no montante de R\$ 1.088 (30/06/2024 - R\$ 1.491).

8. Outros créditos

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamentos e antecipações salariais	1.436	4
Adiantamentos para despesas reembolsáveis	1.289	1.183
Adiantamento para fornecedores	114	129
Despesas antecipadas	2.269	991
Total curto prazo	5.108	2.307
Depósitos em garantia - Obrigações legais (a)	1.473	1.261
Créditos tributários diferidos (b)	19.773	17.007
Outros valores a receber	54	53
Total longo prazo	21.300	18.321

(a) Depósitos em garantia, realizado em face de mandado de segurança impetrado pela Distribuidora visando afastamento da cobrança de CIDE ("Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico") sobre uso de licença de software (sem transferência de tecnologia), conforme detalhado na nota explicativa nº 18.4 e do saldo excedente sobre as contribuições destinadas ao INCRA e do Salário-Educação ao FNDE, observando o limite de 20 vezes o salário-mínimo, conforme nota explicativa 18.5. Os valores depositados estão provisionados, e apresentados na rubrica Outras obrigações, conforme nota explicativa nº17;

(b) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferido sobre a receita antecipada, benefícios de longo prazo à empregados e provisão para perdas esperadas de crédito, que será realizado na medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. Ver nota explicativa 25(c).

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Imobilizado de uso e benfeitorias:

Composição	30/06/2025				31/12/2024		
	Taxa de depreciação a.a. (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação							
Móveis e equipamentos de uso	10	1.850	(524)	1.326	1.800	(441)	1.359
Sistema de comunicação	10	193	(133)	60	193	(124)	69
Sistema de processamento de dados	20	3.480	(2.183)	1.297	3.414	(1.944)	1.470
Sistema de segurança	20	67	(27)	40	67	(22)	45
Benfeitorias	25	1.799	(1.021)	778	1.799	(830)	969
Total		<u>7.389</u>	<u>(3.888)</u>	<u>3.501</u>	<u>7.273</u>	<u>(3.361)</u>	<u>3.912</u>

Movimentação	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.052	87	1.592	52	1.352	4.135
Aquisições	467	1	371	2	-	841
Baixas	(12)	-	(1)	-	-	(13)
Depreciação	(148)	(19)	(492)	(9)	(383)	(1.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.359</u>	<u>69</u>	<u>1.470</u>	<u>45</u>	<u>969</u>	<u>3.912</u>
Aquisições	56	-	67	-	-	123
Baixas	(4)	-	-	-	-	(4)
Depreciação	(85)	(9)	(240)	(5)	(191)	(530)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>1.326</u>	<u>60</u>	<u>1.296</u>	<u>41</u>	<u>778</u>	<u>3.501</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Depósitos

Registra os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado e que não se confunde com o da instituição de pagamento, no montante de R\$ 269.123 (31/12/2024 - R\$ 206.157).

13. Obrigações trabalhistas

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
13º salário e encargos	1.478	-
FGTS sobre 13º salários	3	-
INSS sobre 13º salários	380	-
Férias e encargos	4.455	3.917
FGTS sobre férias	356	313
INSS sobre férias	1.145	1.006
Participações nos lucros (i)	6.587	8.037
Incentivo de longo prazo a empregados (ii)	5.824	4.385
Outras	47	2
Total curto prazo	20.275	17.660
Incentivo de longo prazo a empregados (ii)	2.781	1.911
Total longo prazo	2.781	1.911

(i) Referem-se à participação nos lucros pagos aos colaboradores, calculada com base de plano devidamente homologado no sindicato competente, cujo total do semestre foi de R\$ 6.574 (30/06/2024 - R\$ 4.709);

(ii) Os empregados da Distribuidora, selecionados a critério do Conselho de Administração da Oliveira Trust S.A., possuem um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), calculado com base na valorização das ações da Oliveira Trust S.A.

Este plano não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, ou plano de ações restritas nos termos praticados pelo mercado. Portanto não haverá entregas de ações da Oliveira Trust S.A. e/ou compensação financeira por compra e venda de ações. As Phantom Options não conferem ao titular a condição de acionista da Oliveira Trust S.A. bem como não dão direito a voto e a dividendos.

Para fins de provisionamento do valor justo do prêmio a ser pago aos beneficiários dos programas, foi utilizada metodologia para estimativas de valor futuro da ação, baseada em multiplicador do lucro, conforme definido nos programas, sendo o montante reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo conforme o tempo decorrido entre a data da outorga e seu vencimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Abaixo são listados os contratos em vigor:

Séries de opções	Quantidade	Preço de Exercício	Data de validade
2022-B	542.352	3,59	31/08/2026
2022-C	1.229.333	3,59	31/08/2026
2023-B	502.808	4,51	31/08/2027
2024-A	490.800	5,01	31/08/2028

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024, ocorreram movimentações do montante provisionado por exercícios e cancelamentos conforme demonstrados abaixo.

Movimentações nas Phantom Option durante o período:

Séries de opções	Quantidade		
	2022 B	2022 C	2023 B
Saldo em 31/12/2023	542.352	1.268.044	502.808
Saldo em 30/06/2024	<u>542.352</u>	<u>1.268.044</u>	<u>502.808</u>

Séries de opções	Quantidade			
	2022 B	2022 C	2023 B	2024 A
Saldo em 31/12/2024	542.352	1.229.333	502.808	490.800
Exercício	-	(13.192)	(1.391)	-
Canceladas	-	(13.191)	(4.174)	(7.000)
Saldo em 30/06/2025	<u>542.352</u>	<u>1.202.950</u>	<u>497.243</u>	<u>483.800</u>

14. Obrigações fiscais

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de impostos e contribuições sobre o lucro (a)	33.515	55.681
Impostos e contribuições a pagar (b)	4.900	5.182
Total curto prazo	<u>38.415</u>	<u>60.863</u>
Impostos diferidos (c)	212	533
Total longo prazo	<u>212</u>	<u>533</u>

- (a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição a pagar, sobre o lucro tributável do semestre (2024 - do exercício), conforme descrito na Nota Explicativa nº25;
- (b) Representados substancialmente por impostos e contribuições retidos sobre salários e de terceiros a recolher.
- (c) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Receitas antecipadas

Receitas antecipadas	30/06/2025	31/12/2024
Decorrentes de obrigações de performance a cumprir (i)		
Saldo no início do período	30.071	21.427
Constituição de novas receitas antecipadas	32.765	66.056
Apropriação das receitas antecipadas	(35.966)	(57.412)
Saldo no final do período	<u>26.870</u>	<u>30.071</u>
Total curto prazo	26.531	29.711
Total longo prazo	339	360

(i) Refere-se a contratos do segmento de Serviços Fiduciários, faturados antecipadamente e cuja receita é apropriada ao resultado até o término da prestação do serviço, conforme sua efetiva prestação.

16. Sociais e estatutárias

Dividendos a pagar	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-
Dividendos declarados	36.185	67.124
Dividendos pagos	(36185)	(67.124)
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>

17. Outras obrigações

O saldo desse grupo está composto da seguinte forma:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Aluguéis a pagar	485	506
Adiantamento de clientes (a)	2.483	2.734
Fornecedores a pagar	2.002	2.519
Provisões de despesas	6.317	6.235
Outros	30	74
Total curto prazo	<u>11.317</u>	<u>12.068</u>
Depósitos em garantia - Obrigações legais (b)	1.473	1.261
Total longo prazo	<u>1.473</u>	<u>1.261</u>

(a) Correspondem a recursos de fundos de investimento encerrados e transferidos à Distribuidora, na qualidade de Administradora, para fazer face ao pagamento das obrigações assumidas por estes até o seu encerramento;

(b) Ver Notas Explicativas nºs 8 e 18.4 e 18.5.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

18.1. Ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa

- a) Ação de repetição de indébito pela não incidência de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Distribuidora impetrou ação de repetição de indébito com pedido de tutela provisória antecipada em caráter antecedente sobre a declaração de não incidência de ISS na base de cálculo do PIS/COFINS dos últimos 5 (cinco) anos. O pedido foi julgado procedente, em parte, condenando a União a restituir a exação recolhida a maior, mediante compensação com contribuição da mesma espécie e destinação com atualização pela taxa SELIC. A União ingressou com recurso de apelação, sem sucesso, tendo oposto então Recurso Extraordinário, que acarretou o sobrestamento do processo até julgamento de recurso de repercussão geral - Recurso Extraordinário n.º 592.616.

Atualmente aguarda-se julgamento do recurso mencionado acima sendo mantido o recolhimento de tais tributos regularmente.

- b) Mandado de Segurança pela inexigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras

A ação dentre outros pleitos, busca a compensação do indébito tributário ao que recolheu a título de PIS e COFINS indevidamente nos últimos 5 anos, contados da distribuição da demanda.

O processo aguarda julgamento de recurso especial selecionado pelo Tribunal em relação ao tributo PIS. Com relação ao COFINS, a Distribuidora peticionou junto ao D. Juízo para prosseguimento do feito, sem lograr êxito, por entender o Juízo que se deve aguardar o julgamento total do recurso, isto é, em relação à parte que diz respeito ao PIS.

Em julho de 2023, foi publicado acórdão que deu parcial provimento ao RExt n.º 609.096, a fim de estabelecer a legitimidade da incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas brutas operacionais decorrentes das atividades empresariais típicas de instituições financeiras, à luz da Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas.

Ainda nos autos do RExt n.º 609.096, em agosto de 2023, foi proferida decisão relacionada aos embargos de declaração contra o acórdão acima mencionado, que determinou a suspensão da cobrança do PIS sobre as receitas brutas operacionais decorrentes das atividades empresariais típicas de instituições financeiras, embasada na Lei nº 9.718/98, até o julgamento final do recurso aclaratório.

Em agosto de 2024, o Superior Tribunal Federal determinou a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre o Tema nº 372 e tramitem no território nacional. Contra esta decisão, foi interposto Agravo Regimental pela União, pendente de julgamento. O processo permanece sobrestado, aguardando o trânsito em julgado do RExt.

18.2. Autuação por eventual diferença de recolhimento de tributos

Na condução regular da prestação de serviços de administração de fundos de investimento, a Distribuidora está respondendo à autuação da Autoridade Fiscal, relacionado à eventual diferença de recolhimento de tributos. O processo, cujo valor envolvido é de R\$ 542.963, encontra-se ainda na fase administrativa, sendo que a expectativa de perda, nesta fase, atribuída pelos assessores jurídicos, é possível. Se, eventualmente, a decisão for desfavorável na esfera administrativa, a Administração poderá discutir judicialmente o mérito do referido lançamento, de modo que não é praticável, nesse momento, estimar o tempo para resolução definitiva desta demanda, e o seu eventual efeito financeiro, se houver.

Não obstante, ressaltamos que os instrumentos contratuais relacionados à prestação de serviços de Administração bem como à operação como um todo protegem esta Distribuidora que não seria, em qualquer hipótese, responsável pelo pagamento de eventuais perdas decorrentes de decisão final desfavorável, de modo que não haverá qualquer impacto econômico-financeiro para a Distribuidora em decorrência de eventuais perdas no referido processo.

18.3. Mandado de Segurança pela inexigibilidade da CIDE

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Distribuidora em junho de 2022, buscando (i) afastamento da cobrança da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, diante da ausência de transferência de tecnologia por empresa contratada para prestar serviços de manutenção de software, suportes e assistências; e (ii) o reconhecimento do direito à recuperação dos valores recolhidos no decurso do processo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em junho de 2022, foi concedida medida liminar para reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, em decorrência do depósito judicial realizado, equivalente ao valor da CIDE devida, a fim de que não haja a incidência de multa e juros por ausência de recolhimento da referida contribuição, cujo valor depositado será atualizado pela SELIC.

Em maio de 2024, foi denegada a segurança pleiteada pela Distribuidora contra a sentença, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Diante desse cenário, a Distribuidora interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Até junho de 2025 a Distribuidora realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 639, atualizado pela Selic.

18.4. Mandado de Segurança pela observância do limite de 20 vezes o salário-mínimo no recolhimento das contribuições

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Distribuidora em julho de 2023, objetivando reconhecimento do direito de recolher as contribuições destinadas ao INCRA e o Salário-Educação ao FNDE observando o limite de 20 vezes o salário-mínimo sobre o valor total da folha de salários/folha de pagamento mensal (e não de forma individual sobre a remuneração de cada empregado).

Em agosto de 2023, o Ministério Público ofertou parecer manifestando ausência de interesse em intervir no feito, sendo proferido despacho determinando a suspensão do processo até o deslinde do julgamento do Tema 1078 do STJ.

Ainda em agosto de 2023, foi protocolada petição pela Distribuidora, informando que realizou depósito judicial do valor controverso em discussão no presente processo, qual seja, a diferença entre as contribuições ao sistema S sobre base de cálculo limitada a 20 salários-mínimos e a base de cálculo sem limitação, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, incluindo a incidência de multa e juros por ausência de recolhimento das referidas contribuições. Em 2024, o STJ se posicionou no sentido de que não é aplicável a limitação de 20 salários-mínimos à base de cálculo das contribuições ao Sistema S, motivo pelo qual em maio de 2024, os assessores jurídicos orientaram que a Distribuidora deixasse de depositar o valor em discussão e passasse a recolher as contribuições sobre a base de cálculo cheia; e, na eventual mudança de entendimento, se compensará o valor recolhido a maior.

Em novembro de 2024, foi prolatada sentença julgando improcedente nosso pedido. Contra a sentença, foi interposto recurso de Apelação, o qual teve seu provimento negado. Os Embargos de Declaração opostos contra o acórdão também restaram infrutíferos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Atualmente, encontra-se em curso prazo para interposição de Recurso Especial e Extraordinário.

A Distribuidora mantém provisão integral dos depósitos atualizados pela Selic, que totalizam R\$ 834 em 30 de junho de 2025.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 42.678, dividido em 26.000 (vinte e seis mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, de titularidade de domiciliados no país.

b) Aumento de capital social

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a instituição submeteu à homologação do Bacen o aumento de capital social com recursos da reserva legal, no valor de R\$ 5.705, deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 04 de março de 2024. Em 08 de março de 2024, a Distribuidora obteve a homologação do Bacen.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Distribuidora submeteu à homologação do Bacen o aumento de capital social com recursos das reservas de lucro, no valor de R\$ 8.449, deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de fevereiro de 2025. Em 11 de março de 2025, a Distribuidora obteve a homologação do Bacen.

c) Destinação do lucro líquido e reservas de lucros

(i) Reservas de lucros

A Distribuidora apropria 5% do lucro líquido auferido em cada exercício para a formação da Reserva Legal, até que o saldo desta reserva atinja o limite estabelecido na Lei societária equivalente a 20% do capital social. A parcela do lucro não apropriada à Reserva Legal e na distribuição de dividendos é apropriada em Reserva de Retenção de Lucros.

(ii) Dividendos

O Estatuto Social determina que após a constituição da reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 04 de março de 2024, os acionistas em AGO deliberaram por: (i) aprovar as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) aprovar a distribuição de dividendos complementares de R\$ 33.320.

Em 27 de fevereiro de 2025, por ocasião da aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram também aprovadas em AGO a distribuição de dividendos complementares de R\$ 36.185.

20. Resultado da intermediação financeira

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Compromissada	30.362	16.719
Total	30.362	16.719

21. Receita de prestação de serviços

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Taxa de administração	26.995	25.305
Serviços qualificados	46.390	42.931
Agente fiduciário	61.303	53.860
Total	134.688	122.096

22. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
ISS	(5.959)	(5.359)
COFINS	(6.618)	(5.553)
PIS	(1.075)	(902)
Outros	(174)	(166)
	(13.826)	(11.980)

Em relação as alíquotas aplicáveis às receitas auferidas pela Distribuidora, considera-se: (i) PIS (0,65%); (ii) COFINS (4%) e (iii) ISS pode variar de (2% a 5%).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Despesas administrativas

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Aluguel	(1.652)	(1.539)
Comunicações	(316)	(337)
Processamento de dados	(16.576)	(12.020)
Promoções e relações públicas	(797)	(202)
Serviços financeiros	(387)	(340)
Serviços de terceiros	(1.484)	(1.495)
Serviços técnicos	(2.238)	(2.052)
Depreciação e amortização	(532)	(513)
Taxas e multas regulatórias	(536)	(464)
Outras	(1.460)	(1.347)
	(25.978)	(20.309)

24. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, sendo proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no estatuto social da Distribuidora, e submetida à assembleia geral para aprovação.

A remuneração é fixa, não havendo bônus ou remuneração variável a ser adicionada à remuneração dos administradores, cujo pagamento é realizado mensalmente em moeda corrente nacional e mediante transferência bancária.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado antes da tributação e da participações estatutárias sobre o lucro	76.379	63.816	76.379	63.816
Adições e (exclusões)	7.437	9.691	7.437	9.691
Base de cálculo - Contribuição social e IRPJ	83.816	73.507	83.816	73.507
Alíquota nominativa (15%+ 10% adicional)	25%	25%	15%	15%
(=) Imposto de renda e contribuição social antes das deduções	21.138	18.585	12.692	11.026
(=) Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>21.138</u>	<u>18.585</u>	<u>12.692</u>	<u>11.026</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Saldos das diferenças temporárias	6.761	9.357	6.761	9.357
Alíquota	25%	25%	15%	15%
Saldos lançados a resultados em	1.690	2.339	1.014	1.404
Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social, líquida	<u>19.448</u>	<u>16.246</u>	<u>11.678</u>	<u>9.623</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- c) Movimentação do saldo de créditos tributários no semestre findo em 30 de junho de 2025, pode ser demonstrada:

Descrição	31/12/2024	Adições/ exclusões		30/06/2025
		Patrimônio líquido	Resultado	
Provisão para perdas esperadas	1.601	-	199	1.800
Provisão de benefícios de longo prazo á empregados	2.519	-	923	3.442
Despesas temporariamente indedutíveis	2.016	-	2.740	4.756
Receita antecipada	10.871	-	(1.158)	9.713
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	62	-	62
Total créditos tributários	17.007	62	2.704	19.773

Descrição	31/12/2023	Adições/ exclusões		30/06/2024
		Patrimônio líquido	Resultado	
Total créditos tributários	11.792	-	3.743	15.535

26. Gerenciamento de riscos e de capital

Em atendimento às determinações do BACEN, a Distribuidora estabeleceu políticas e normas internas e tem uma estrutura para o gerenciamento de riscos e capital decorrentes de suas operações e atividades, mantendo uma postura conservadora em relação à exposição de risco.

A Distribuidora está aderente à Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Em adição, está classificada no Segmento 4 (S4), conforme Resolução nº 4.553 do CMN.

a) Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos é realizada de forma unificada e compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes, tendo por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

Esta gestão unificada é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Objetivamente, deve-se entender esse risco como a “medida numérica da incerteza relacionada ao recebimento de um valor contratado/compromissado, a ser pago por um tomador de um empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título, descontadas as expectativas de recuperação e realização de garantias”.

A Distribuidora possui uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito.

A parcela de requerimento de capital para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é calculada mediante a abordagem padronizada (RWACPAD), nos termos da regulamentação vigente editada pelo BACEN, devendo ser igual ao somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco (FPR).

Para a apuração da parcela RWACPAD, a Distribuidora adota como suporte ao cálculo dessa parcela de capital para cobertura de Riscos, uma ferramenta informatizada que atende aos preceitos da regulamentação vigente.

Risco de mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A Distribuidora adota postura conservadora quanto à exposição a esse risco, considerando que:

- Não realiza operações para a sua carteira própria nos mercados à vista, à termo, de opções, futuro ou quaisquer outros derivativos de ações, moedas, índices, juros, ouro ou commodities;
- Não realiza operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, destinados a revenda, a obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou arbitragem, classificados na carteira de negociação; e
- Prioriza a aplicação de recursos financeiros em operações compromissadas de curtíssimo prazo, 1 dia útil, lastreadas por títulos públicos federais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

As principais ferramentas de gerenciamento de risco de mercado adotadas pela Distribuidora são:

VaR (Value at Risk) paramétrico

Medida estatística que determina o máximo de perda esperada dados um horizonte de tempo e um intervalo de confiança. Os parâmetros utilizados pela Distribuidora são os mais utilizados pelo mercado, de 95% (noventa e cinco por cento) de confiança e horizonte de tempo de 1 (um) dia. Portanto, o VaR sintetiza a perda máxima esperada dentro dos limites utilizados.

Para calcular a volatilidade e correlação dos fatores de Riscos dos ativos, é utilizada no cálculo do VaR, a metodologia EWMA (*exponentially weighted moving average*) com fator de decaimento de 0,94. Esse modelo atribui maior peso às observações mais recentes.

Teste de estresse (*stress test*)

Simulação de condições extremas e análise do impacto dessas sobre os ativos. Considera uma ruptura do padrão de comportamento das variáveis financeiras, causando perdas maiores do que as mensuradas no cálculo do VaR, sendo definido utilizando-se os cenários de estresse extremos internos ou disponibilizados pela B3.

Para a apuração da parcela de capital para cobertura da exposição ao Risco de Mercado (RWAMPAD), a Distribuidora adota como suporte uma ferramenta informatizada, que atende aos preceitos da regulamentação vigente editada pelo BACEN.

Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição abrange o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Distribuidora, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Distribuidora.

Dentro do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade da Distribuidora não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da Distribuidora não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para tanto, utiliza como ferramentas auxiliares no processo de gerenciamento:

- Fluxos de caixas considerando todos os investimentos e obrigações;
- Definição de padrões mínimos de liquidez, pré-estabelecidos pela Diretoria de Gestão de Riscos, destacando que a Distribuidora prioriza a aplicação dos recursos ociosos do seu capital circulante líquido em operações lastreadas por títulos públicos federais de curtíssimo prazo; e
- Realização de testes de estresse e cenários.

Risco social, ambiental e climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) da Administradora estabelece diretrizes para garantir práticas éticas e sustentáveis, focando na proteção social, preservação ambiental e adaptação às mudanças climáticas. A política se aplica a todos os colaboradores e partes interessadas e inclui ações para promover o respeito aos direitos trabalhistas, reduzir impactos ambientais e adotar uma economia de baixo carbono.

A gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos é integrada à estrutura de governança da Distribuidora, com monitoramento contínuo e ações corretivas. A Distribuidora também investe em treinamento, educação e conscientização ambiental, além de manter a transparência com as partes interessadas e revisar periodicamente suas práticas para garantir a efetividade da política.

b) Gerenciamento de capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Distribuidora adota diretrizes de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e ao estabelecimento de uma base sólida de Capital, viabilizando o desenvolvimento dos negócios e das operações conforme plano estratégico da Distribuidora.

Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Monitoramento e transparência

O controle e monitoramento do nível adequado de capital e o cálculo das parcelas de capital requeridas para a cobertura da exposição aos riscos são realizados mensalmente através de sistema informatizado, tomando como base o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO.

O resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de capital e gestão integrada riscos está disponível na página eletrônica da Distribuidora no endereço www.oliveiratrust.com.br e os relatórios completos estão à disposição dos interessados em sua sede.

c) Gerenciamento dos limites operacionais

A Administração gerencia de forma permanente os seus limites operacionais, sendo que em 30 de junho de 2025 e 2024, a Distribuidora se encontra enquadrada nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos.

Para cálculo das parcelas de risco, foi observada a regulamentação do BACEN, sendo que a Distribuidora optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio Líquido	88.785	80.291
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	79.961	73.443
Nível I	79.961	73.443
Capital Principal	79.961	73.443
Patrimônio de referência exigido (PRE)	39.894	36.711
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (b)	411.857	442.457
Risco de Crédito	52.059	47.656
Risco de Mercado	448	327

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Risco Operacional	359.350	394.474
Índice de Basileia - (a/b)	16.03%	16.00%
Índice de Imobilização	4,38%	5,33%
Limite para imobilização (LI)	39.981	36.722
Situação para o limite de imobilização	3.501	3.912
Valor da margem ou insuficiência	36.480	32.810

27. Ouvidoria

A Distribuidora, atendendo exigências contidas na Resolução CMN nº 4.433/15 e Circular 3.503/10 ambas editadas pelo Banco Central do Brasil e à Resolução CVM 43/21, conforme editada, possui componente organizacional - Ouvidoria - composto por um Diretor e um Ouvidor, cujo atendimento se dá em dias úteis das 8h às 20h.

28. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2025 e 2024, a Distribuidora não possuía operações próprias com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

29. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são realizadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A Distribuidora administra o Fundo de Investimento OT Soberano no qual sua controladora MCFL investe.

Em 30 de junho de 2025, as partes relacionadas Holding S.A. e Oliveira Trust Servicer S.A., integrantes do mesmo grupo econômico, apresentavam saldo em conta corrente na Distribuidora, como segue:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo	1.685	136
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Oliveira Trust Servicer S/A	1.637	75
Holding Trust S.A.	48	61

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo	<u>1.688</u>	<u>157</u>
Depósitos		
Oliveira Trust Servicer S/A	1.637	75
Holding Trust S.A.	48	61
Adiantamento de Clientes		
OT S.A.	3	21
Resultado	<u>18</u>	<u>15</u>
Receita antecipada		
OT S.A.	18	15

30. Cobertura de seguros

A Distribuidora adota uma política de seguros, com objetivo de prover a cobertura contra incêndios, danos patrimoniais, subtração de ativos imobilizados e de responsabilidade civil, os quais são utilizados nas atividades operacionais. Desta forma, em 30 de junho de 2025 estão contratados seguros cobrindo valores em risco de até R\$32.611.

31. Outras informações

(i) Recursos sob administração e custódia

Em 30 de junho de 2025, os patrimônios líquidos dos fundos de investimento sob Administração da Distribuidora, totalizavam R\$ 138 bilhões (30/06/2024 - R\$ 142 bilhões) e o total de títulos sob custódia R\$ 184 bilhões (30/06/2024 - R\$ 163 bilhões).

(ii) Relacionamento com auditor independente

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, conforme alterada, a Distribuidora, no semestre, contratou a BDO RCS Auditores Independentes SS apenas para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Distribuidora no semestre. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Resultado recorrente e não recorrente

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabelece a divulgação em notas explicativas do resultado recorrente e não recorrente de forma segregada, a Distribuidora informa que, no semestre em análise, não houve a ocorrência de operações ou resultados classificados como não recorrentes. Todas as receitas e despesas apresentadas estão diretamente relacionadas às atividades típicas da Distribuidora e são esperadas para ocorrer com regularidade nos exercícios futuros. Dessa forma, a segregação entre resultados recorrentes e não recorrentes não se aplica para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

33. Eventos subsequentes

Após 30 de junho de 2025 e até a presente data não ocorreram eventos que possam influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nessas demonstrações contábeis.

José Alexandre Costa de Freitas
Diretor
CPF: 008.991.207-17

Carlos Henrique Correa Sismil
Diretor
CPF: 011.896.377-58

Márcia Christina M. M. Coelho
Contadora
CRC-RJ: 108592/O
CPF: 110.977.587-37